



PROPOSTA DE

REGULAMENTO E TABELA GERAL DE TAXAS 2020



PREÂMBULO

De acordo com a Lei nº 53-E/2006, de 29 de dezembro com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro e pela Lei nº 117/2009 de 29 de dezembro, mostra-se necessário conformar a prática administrativa à legalidade e, nessa medida, encontrar um quadro de critérios objetivos e uniformes para a fixação das taxas que constituem receitas próprias da freguesia e que são indispensáveis à prossecução dos fins e das atribuições legais.

Na fixação das taxas foram levados em conta critérios económico- financeiros, em obediência ao disposto na alínea c) do Artigo 8.º da Lei n.º 53-E/2006, bem como os princípios da equivalência jurídica e da justa repartição dos encargos públicos, expressos nos Arts. 4.º e 5.º do mesmo diploma, procurando também a necessária uniformização de valores das taxas cobradas pelas freguesias que integram o concelho de Lisboa por forma a evitar situações de desigualdade que a continuidade geográfica das freguesias.

De notar que com a atribuição das novas competências à Junta de Freguesia, resultantes da aplicação da Lei nº 56/2012 de 8 de novembro, torna-se necessário proceder a uma adaptação deste Regulamento de Taxas na altura em que as mesmas se tornarem efetivas.

Em conformidade com o disposto na alínea h) do nº 1 do Artº 16 da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro e tendo em vista o estabelecido no Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro) e no Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais (Lei n.º 53-E/2006 de 29 Dezembro), é aprovado o projeto de Regulamento e tabela de taxas em vigor na Freguesia de Fiães - Santa Maria da Feira.



REGULAMENTO E TABELA GERAL DE TAXAS

Em conformidade com o disposto nas alíneas d) e j) do nº.2 do artigo 17º, conjugada com a alínea b) do nº.5 do artigo 34º da Lei das Autarquias Locais (Lei nº169/99 de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei nº5-A/2002 de 11 de Janeiro) e Lei 75/2013 de 12 de setembro, e tendo em vista o estabelecido na Lei das Finanças Locais (Lei nº2/2007 de 15 de Janeiro) e no Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais (Lei nº53-E/2006 de 29 de Dezembro), é aprovado o Regulamento e Tabelas de Taxas em vigor na Freguesia de Fiães.-----

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º

Objeto e Princípios Subjacentes

- 1.---- O presente Regulamento e Tabela Anexa têm por finalidade fixar os quantitativos a cobrar por todas as atividades da Freguesia de Fiães no que se refere à prestação concreta de um serviço público local e na utilização privada de bens do domínio público e privado da Freguesia.-----
- 2.---- Na fixação dos quantitativos referidos no número anterior, além dos critérios de natureza económico-financeira, serão observados os princípios da proporcionalidade e da justa repartição dos encargos públicos, expressos nos artigos 4º e 5º da Lei nº53-E/2006, de 29 de Dezembro, bem como critérios de uniformização dos valores das taxas cobradas pelos mesmos serviços prestados pelas restantes freguesias do concelho de Santa Maria da Feira.-

Artigo 2º

Sujeitos

- 1 – O sujeito ativo da relação jurídico-tributária, titular do direito de exigir aquela prestação é a Junta de Freguesia.-----
- 2 – O sujeito passivo é a pessoa singular ou coletiva e outras entidades legalmente equiparadas que estejam vinculadas ao cumprimento da prestação tributária.-----
- 3 – Estão sujeitos ao pagamento de taxas o Estado, as Regiões Autónomas, as Autarquias Locais, os fundos e serviços autónomos e as entidades que integram o sector empresarial do estado, das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais.-----

Artigo 3º

Isenções

- 1.---Estão isentos todos as pessoas que solicitem o documento de insuficiência económica.-----
- 2.---Estão isentos do pagamento das taxas previstas no presente regulamento, todos aqueles que beneficiem de isenção prevista em outros diplomas.-----
- 3.---As Associações/Coletividades, grupos informais ou outras entidades que em associação com a Junta de Freguesia exerçam uma atividade em prol da freguesia, estão isentas do pagamento das taxas no desenvolvimento das atividades .-----



CAPÍTULO II

TAXAS

Artigo 4º

Taxas

A Junta de Freguesia cobra taxas pelos seguintes serviços prestados à população:-----

- a)---Serviços administrativos: emissão de atestados, declarações e certidões, termos de identidade e justificação administrativa, certificação de fotocópias, fotocópias simples e outros documentos;-----
- b)--- Licenciamento de canídeos e gatídeos;-----
- c)--- Certificado de construção anterior a 1951;-----
- d)--- Serviços de cemitério, inumações, exumações, trasladações, utilização da capela mortuária, licenciamento de obras em sepulturas e capelas.-----
- e)--- Outros serviços prestados à comunidade.-----

Artigo 5º

Serviços Administrativos

1 – As taxas de atestados e termos de justificação administrativa constam do anexo I e têm como base de cálculo o tempo médio de execução dos mesmos (atendimento, registo, produção).-----

2 – A fórmula de cálculo é a seguinte:-----

$$TSA = (tme \times vh) + ct$$

tme: tempo médio de execução (inclui pesquisa/averiguação da situação dos requerentes);-----

vh: valor hora do funcionário, tendo em consideração o índice da escala salarial;-----

ct: Custo total necessário para a prestação do serviço (inclui material de escritório, consumíveis, etc);-----

3 – Sendo que a taxa a aplicar:-----

a) É de ½ hora x vh + ct para os atestados, declarações e outros documentos com termo lavrado;

b) É de 2 horas x vh + ct para os atestados de idoneidade.-----

4 – As taxas de certificação de fotocópias constam do anexo I e têm por base o estipulado no ponto 1 do artigo 2º do Decreto-lei nº28/2000, de 13 de Março.-----

5 –Pela emissão de fotocópias simples a preto e branco será cobrada uma taxa de 0,10 € por cada página fotocopiada e 0,15 € por cada página fotocopiada frente e verso em tamanho A4.----

6 – Pela emissão de fotocópias simples a cores será cobrada uma taxa de 0,40 € por cada página fotocopiada e 0,50 € por cada página fotocopiada frente e verso em tamanho A4.-----

7 – Pela emissão de fotocópias em tamanho A3 a taxa a cobrar será o dobro dos valores constantes dos nºs 5 e 6.-----

8 – Aos valores indicados no nº.3 acresce uma taxa de urgência, para a emissão no prazo de 24 horas, de mais 50%.-----

9 – Os valores constantes dos n.ºs 4, 5, 6, 7 e 8 são atualizados anual e automaticamente, tendo em atenção a taxa de inflação.-----



Artigo 6.º

Licenciamento e Registo de Canídeos e Felídeos

- 1.---As taxas de licenças de canídeos e felídeos, constantes do anexo II, são indexadas à taxa N de profilaxia médica, não podendo exceder o triplo deste valor e varia consoante a categoria do animal (Decreto-Lei nº.82/2019, na redação vigente antes da alteração operada pela Lei 2/2020 de 31 de março).-----
- 2.---A fórmula de cálculo é a seguinte:-----
 - a.---Registo:Obrigatório no SIAC;-----
 - b.---Licenças das Categorias A, B e I: 125% da taxa N de profilaxia médica;-----
 - c.---Licenças da Categoria E: 175% da taxa N de profilaxia médica;-----
 - d.---Licenças da Categoria G: 2,5 vezes o valor da taxa N de profilaxia médica;-----
 - e.---Licenças da Categoria H: o triplo da taxa N de profilaxia médica.-----
- 3 – Os cães classificados nas categorias C, D e F estão isentos de qualquer taxa.-----
- 4 – O valor da taxa N de profilaxia médica é atualizado, anualmente, por Despacho Conjunto.-----

Artigo 7.º

Certificado de construção anterior a 1951

- 1.---Tendo em conta a existência de construções anteriores a 1951 relativamente às quais não existe documento que titule a construção do edifício, tornando bastante difícil, se não impossível, a concretização de negócios jurídicos por falta de licença de habitação, cabe às Juntas de Freguesia o importante papel de reunir a prova documental e testemunhal que permita aos cidadãos fazer prova desse facto.-----
- 2.---Contudo e pela importância do documento emitido pelas Juntas de Freguesia o qual substitui a própria licença de habitação e permite a celebração de transmissões onerosas dos imóveis, a contração de mútuos bancários e a própria constituição de hipotecas sobre os mesmos importa não só rodear a sua emissão de um apurado rigor na recolha das provas como também evitar a banalização do mesmo.-----
- 3.---Assim, pela emissão do certificado de construção anterior a 1951 será cobrada a taxa única de 30,00€ atualizada anual e automaticamente de acordo com a taxa oficial de inflação.-----

Artigo 8.º

Cemitério – Serviços

- 1.--As taxas referentes aos serviços de Inumação prestados no Cemitério constam da Tabela Capítulo III e têm como base de cálculo o tempo médio do processo administrativo, assim como o tempo médio de execução do serviço fúnebre e os gastos com os materiais despendidos na sua execução, assim como a utilização do produto biológico fornecido pela Autarquia.-----
- 2.--As taxas referentes aos serviços de Exumação prestados no Cemitério constam da Tabela Capítulo III e têm como base de cálculo o tempo médio do processo administrativo, assim como o tempo médio de execução do serviço fúnebre e os gastos com os materiais despendidos na sua execução.-----
- 3.--As taxas referentes aos serviços de Trasladação de Ossadas prestados no Cemitério constam da Tabela Capítulo III e têm como base de cálculo o tempo médio do processo



administrativo, assim como o tempo médio de execução do serviço fúnebre e os gastos com os materiais despendidos na sua execução.-----

4.--A taxa de exumação é sempre aplicável, independentemente, de se verificar o ato de trasladação da ossada.-----

5.--As taxas referentes aos serviços de emissão de Alvarás constam da Tabela Capítulo III e têm como base de cálculo o tempo médio do processo administrativo e os seus gastos.----

Artigo 9.º

Cemitério – Licenças diversas

1.--As taxas referentes a Licenças diversas de Jazigos, Sepulturas perpétuas e Jazigos Capela, previstas na Tabela Capítulo III, têm como base de cálculo o tempo médio do processo administrativo, os custos de economato, equipamentos e instalações, face à autorização de um determinado comportamento ao particular-----

2.--As taxas de Outras licenças do Cemitério, previstas na Tabela Capítulo III, têm como base de cálculo o tempo médio do processo administrativo, os custos de economato, equipamentos e instalações, face à autorização de um determinado comportamento ao particular.-----

Artigo 10.º

Cemitério – Diversos

As taxas referentes aos serviços de utilização da Capela Mortuária, constam da Tabela Capítulo III, e têm como base de cálculo o tempo médio do processo administrativo e de gestão do espaço, os custos inerentes à sua cedência, acrescidos do fator de responsabilidade e depreciação do espaço e material de higiene e limpeza.-----

Artigo 11.º

Ocupação de espaços públicos

1.--As taxas a aplicar pela ocupação de espaços constam da Tabela Capítulo IV e são definidas em função da área, metro quadrado e por uma taxa mínima.-----

2.--As taxas a aplicar pela emissão de ruído constam da Tabela Capítulo IV e são definidas em função do tempo do Alvará.-----

Artigo 12.º

Atualização de Valores

A Junta de Freguesia, sempre que entenda conveniente, poderá propor à Assembleia de Freguesia a atualização ou alteração das taxas previstas neste regulamento, mediante fundamentação económico-financeira subjacente ao novo valor.-----

CAPÍTULO III

LIQUIDAÇÃO

Artigo 13.º

Pagamento

1.---A relação jurídico-tributária extingue-se através do pagamento da taxa devida.-----



- 2.---As prestações tributárias são pagas em moeda corrente ou por cheque, ou por outro meio idóneo, nos termos permitidos por Lei.-----
- 3.---Salvo disposição em contrário, o pagamento das taxas será efetuado antes ou no momento da prática de execução do ato ou serviço a que respeitem.-----
- 4.---O pagamento das taxas é feito mediante recibo a emitir pela Junta de Freguesia.-----

Artigo 14.º

Incumprimento

- 1.---São devidos juros de mora pelo cumprimento extemporâneo da obrigação de pagamento das taxas.-----
- 2.---A taxa legal (Decreto-Lei n.º73/99 de 16 Março) de juros de mora é de 1%, se o pagamento se fizer dentro do mês do calendário em que se verificou a sujeição aos mesmos juros, aumentando-se uma unidade por cada mês de calendário ou fração se o pagamento se fizer posteriormente.-----
- 3.---O não pagamento voluntário das dívidas é objeto de cobrança coerciva através de processo de execução fiscal, nos termos do Código de Procedimento e de Processo Tributário.-----
- 4.---O não cumprimento do pedido das taxas implica o pagamento de três vezes o valor estipulado para o efeito.-----

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 15º

Garantias

- 1.---Os sujeitos passivos das taxas podem reclamar ou impugnar a respetiva liquidação.-----
- 2.---A reclamação deverá ser feita por escrito e dirigida à Junta de Freguesia, no prazo de 30 dias a contar da notificação da liquidação.-----
- 3.---A reclamação presume-se indeferida para efeitos de impugnação judicial se não for decidida no prazo de 60 dias.-----
- 4.---Do indeferimento tácito ou expreso cabe impugnação judicial para o Tribunal Administrativo e Fiscal da área da Freguesia, no prazo de 60 dias a contar do indeferimento.
- 5.---A impugnação judicial depende da prévia dedução da reclamação prevista no nº.2.-----

Artigo 16.º

Legislação Subsidiárias

Em tudo quanto não estiver, expressamente, previsto neste regulamento são aplicáveis, sucessivamente:-----

- a.---Lei n.º53/2006 de 29 de Dezembro;-----
- b.---A Lei das Finanças Locais;-----
- c.---A Lei Geral tributária;-----
- d.---A Lei das Autarquias Locais;-----
- e.---O Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais;-----
- f.--- O Código de Procedimento e de Processo Tributário;-----
- g.---O Código de Processo Administrativo nos Tribunais Administrativos;-----



- h.---O Código de Processo Administrativo;-----
i.--- Os princípios gerais de Direitos Administrativo e Fiscal, na ausência de enquadramento nos diplomas atrás mencionados.-----

Artigo 17.º

Entrada em Vigor

O presente regulamento entra em vigor a 01 de julho de 2020 e será afixado edital no edifício da sede da Junta de Freguesia.-----



Tabela de Taxas e Licenças 2020

CAPITULO I

TAXAS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Código	DESIGNAÇÃO	Euros
1.	ATESTADOS, DECLARAÇÕES, CERTIDÕES E CERTIFICAÇÃO	
1.1.	Atestado	2,00€
1.2.	Declaração	
1.3.	Certidão	
1.4.	- Pensões (Velhice, Social e outros)	Grátis
1.5.	- Insuficiência Económica (sem qualquer rendimento)	
1.6.	- Internamento Hospitalar	
1.7.	- Levantamento de Seguros	
1.8.	- Situação económica para apoio judiciário (artº 9 da Lei 34/2004, de 29/07)	
1.9	Certificado de construção anterior a 1951	30,00€
2.	CONFIRMAÇÕES	
2.1.	- Diversas em impresso próprio	2,00€
2.2.	- Agregado familiar (div. fins)	
2.3.	- Vida – recibo de pensões	Grátis



3.	FOTOCÓPIAS	
3.1.	- Emissão de fotocópias a preto e branco tamanho A4/cada	0,10€
3.2.	- Emissão de fotocópias frente e verso a preto e branco/cada	0,15€
3.3.	- Emissão de fotocópias simples a cores tamanho A4/cada	0,40€
3.4.	- Emissão de fotocópias frente e verso a cores tamanho A4/cada	0,50€
3.5.	- Emissão de fotocópias simples a preto e branco tamanho A3/cada	0,20€
3.6.	- Emissão de fotocópias frente e verso a preto e branco tamanho A3/cada	0,30€
3.7.	- Emissão de fotocópias simples a cores tamanho A3/cada	0,80€
3.8.	- Emissão de fotocópias frente e verso a cores tamanho A3/cada	1,00€
3.9.	Fotocópia de documentos arquivados / cada	0,40€
4.	FOTOCÓPIAS PARA ASSOCIAÇÕES/GRUPOS	
4.1.	- Emissão de fotocópias a preto e branco tamanho A4/cada	0,03€
4.2.	- Emissão de fotocópias frente e verso a preto e branco/cada	0,05€
4.3.	- Emissão de fotocópias simples a cores tamanho A4/cada	0,20€
4.4.	- Emissão de fotocópias frente e verso a cores tamanho A4/cada	0,30€
4.5.	- Emissão de fotocópias simples a preto e branco tamanho A3/cada	0,10€
4.6.	- Emissão de fotocópias frente e verso a preto e branco tamanho A3/cada	0,15€
4.7.	- Emissão de fotocópias simples a cores tamanho A3/cada	0,30€
4.8.	- Emissão de fotocópias frente e verso a cores tamanho A3/cada	0,40€
5.	CERTIFICAÇÃO DE FOTOCÓPIAS	
5.1.	- Por cada conferência e extrato até 5 páginas	13,00€
5.2.	- A partir a 5.ª página, por cada a mais	2,00€

**CAPÍTULO II****REGISTO E LICENÇA DE CANÍDEOS E GATÍDEOS**

	DESIGNAÇÃO	Euros
6.	REGISTO INICIAL	
6.1.	- Registo inicial (SIAC)	Isento
7.	LICENCIAMENTO	
7.1.	- A) Animais de companhia	8,00€
7.2.	- B) Cães para fins económicos	8,00€
7.3.	- E) Cães de caça	10,00€
7.4.	- F) Cães guia	Isento
7.5.	- G) Cães potencialmente perigosos	16,00€
7.6.	- H) Cães perigosos	20,00€
7.7.	- I) Gatos	3,00€
8.	Averbamentos:	
8.1.	Novo proprietário – Todas as categorias	3,00€
8.3.	Baixa por morte ou desaparecimento	Grátis

**CAPÍTULO III****TAXAS E LICENÇAS A PRATICAR NO CEMITÉRIO**

9.	CONCESSÃO DE TERRENO COM EMISSÃO DE ALVARÁ	
9.1.	- Para sepultura perpétua	3.500,00€
9.2.	- Concessão de gavetão	500,00€
9.3.	- Aquisição de sepulturas por parte da Junta de Freguesia	1.500,00€
10.	Transferência de concessão com emissão de Alvará	
10.1.	Entre familiares até ao segundo grau	
10.1.1	De jazigo térreo	50,00€
10.1.2	De jazigo capela	150,00€
10.2.	Entre não familiares	
10.2.1	De jazigo térreo	350,00€
10.2.1	De jazigo Capela	600,00€
11.	LICENÇA PARA OBRAS (válida por três meses)	
11.1	Licença para utilização de luz	5,00€
11.2	Licença para pequenas obras (tampo, laterais e cabeção - o valor por cada obra)	10,00€
11.3	Licença de construção / restauração jazigo	40,00€
11.4	Pequenas reparações (alteração da inscrição de lápide ou cabeção, pintura de gradeamento, colocação de fotografias, colagem de pedras soltas)	Isento
11.5	Licença de pequenas obras em capela jazigo	30,00€
11.6	Licença de revestimento e acabamentos em interior de capela jazigo	50,00€
11.7	Licença de revestimento de gavetões	25,00€
12.	INUMAÇÕES	
12.1	Inumação em sepultura perpétua:	
12.1.1	Em caixão de madeira	70,00€
12.1.2	Em caixão de zinco	130,00€



12.1.3	Em jazigo capela	130,00€
12.1.4	Substituição de terra por areia	60,00€
12.2	Inumação de ossadas ou cinzas:	
12.2.1	Em sepultura perpétua	20,00€
12.2.2	Em ossário	15,00€
12.2.3	Em gavetão	15,00€
12.2.3	Em jazigo capela	25,00€
13.	EXUMAÇÕES	
13.1	Trasladações de cadáveres dentro do mesmo cemitério	150,00
13.2	Trasladações de cadáveres oriundos de outra freguesia	120,00
13.3	Trasladações de cadáveres oriundos dos jazigos temporários (carreira) para gavetões ou jazigos de família	grátis
13.4	Limpeza de covato	50,00
14.	ALVARÁS	
14.1	Primeiro registo de concessão de jazigo térreo	60,00€
14.2	Primeiro registo de concessão de capela	160,00€
14.3	Emissão de Alvará jazigo / Gavetão - 2.ª via	10,00€
14.4	Emissão de Alvará Capela Jazigo - 2.ª via	20,00€
14.5	Averbamentos em Alvará	30,00€
15.	CASA MORTUÁRIA	
15.1	Utilização da casa mortuária	80,00€

**CAPÍTULO IV****TAXAS E LICENÇAS PROTEÇÃO DO AMBIENTE**

16.	ALVARÁ DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	
16.1	Até 4 dias (prazo contínuo)	40,00 €
16.2	de 5 a 7 dias (prazo contínuo)	85,00 €
16.3	de 8 a 28 dias (prazo contínuo)	135,00 €
16.4	superior a 28 dias, por mês ou fração	188,25 €
16.5	Associações, movimentos informais sem carácter comercial	Isento

17.	OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS	
17.1	Metro linear /dia (prazo contínuo)	3,00 €
17.2	Associações, movimentos informais sem carácter comercial	Isento
17.3	Taxa mínima / dia	5,00€

**Aprovado em Reunião de Executivo da
Junta de Freguesia em
18 de junho de 2020**

**Analisado em Assembleia de Freguesia de Fiaes
em 29 de junho de 2020:**

O presente regulamento foi _____

António Valdemar Ribeiro,
Presidente da Junta de Freguesia

Luís Filipe Cálix,
Presidente da Assembleia de Freguesia

Joaquim José Ferreira dos Santos,
Tesoureiro

Maria João Coimbra,
1.ª Secretária da Ass. Freguesia

Isabel Fontes,
Secretária

Manuel Jasmim Pinho,
2.ª Secretário da Ass. Freguesia

Manuel Joaquim Pinho,
Vogal

Joaquim Ferreira dos Santos,
Vogal